



SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO
GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 1.1. Contratação de serviços de seguro total de automóveis, na modalidade frota, para veículos pertencentes à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, com cobertura em todo o território nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATSER	QUANT	UND	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL R\$
GRUPO 1	1	Seguro total de automóveis, na modalidade frota, para 91 (noventa e um) veículos, conforme sequência 1 a 91 do item 7 deste Termo de Referência, com o prazo de vigência de 20/07/2023 à 30/04/2024 (285 dias), com cobertura em todo o Território Nacional.	22764	01	serviço	R\$ 211.347,16
	2	Seguro total de automóveis, na modalidade frota, para 45 (quarenta e cinco) veículos, conforme sequência 92 à 136 do item 7 deste Termo de Referência, com o prazo de vigência de 01/05/2023 à 30/04/2024 (365 dias), com cobertura em todo o Território Nacional.	22764	01	serviço	R\$ 173.176,69
TOTAL						R\$ 384.523,85

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado
- 1.3. A presente contratação adotará o regime de execução Empreitada por Preço Global.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. O contrato terá vigência pelos períodos abaixo descritos podendo ser prorrogado por interesse das partes, sendo que:
- 1.5.1. Para os veículos da sequência 1 do item 7 deste Termo de Referência, o prazo de vigência é de 20/07/2023 a 30/04/2024 (285 dias).
- 1.5.2. Para os veículos do grupo 2 do item 7 deste Termo de Referência, o prazo de vigência é de 01/05/2023 a 30/04/2024 (365 dias).
- 1.5.3. Em caso de prorrogação do contrato, o novo prazo de vigência do seguro dos veículos do grupo 1 será de 12 meses, a contar de 30/04/2024 .

- 1.6. Foi utilizada, para elaboração do presente Termo de Referência, a minuta modelo do site da AGU atualizada em junho de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, se encontra pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Pela natureza da contratação que é de seguro de veículos, não foi possível inserir critérios de sustentabilidade que se baseassem no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.2. Não será admitida a subcontratação.
- 4.3. Os critérios para estabelecimento da garantia contratual serão estabelecidos no Edital de licitação.
- 4.4. Pela natureza da contratação que é de seguro de veículos, não será exigida a vistoria prévia do licitante.
- 4.5. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 4.5.1. O seguro deverá ter garantia, no mínimo, para as seguintes coberturas: colisão (avaria), capotagem, queda acidental, incêndio, roubo, furto, raio, explosão, enchente, alagamento; Responsabilidade Civil Facultativa - RCF, Acidentes Pessoais de Passageiros - APP, assistência 24 (vinte e quatro) horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica, chaveiro e vidraceiro) com quilometragem livre e disponibilização de táxi, pago pela seguradora, em todo o Território Nacional.
- 4.5.2. A modalidade de cobertura será do tipo compreensiva, com Valor de Mercado Referenciado - 100% (cem por cento) da Tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).
- 4.5.3. A franquia deverá ser reduzida.
- 4.5.4. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmios).
- 4.5.5. Capitais Segurados (valores de cobertura não poderão ser alterados)
- 4.5.6. Casco – Valor Referenciado de Mercado, 100% (cem por cento) da Tabela FIPE;
- 4.5.7. APP - Acidentes Pessoais por Passageiro:
- 4.5.8. Invalidez Permanente - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro.
- 4.5.9. Morte Acidental - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro.
- 4.5.10. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa:
- 4.5.11. Danos Morais - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 4.5.12. Danos Corporais - R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- 4.5.13. Danos Materiais - R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
- 4.5.14. Será caracterizada indenização integral quando o valor para o conserto de um veículo segurado, após um sinistro, alcançar 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor referenciado de mercado (tabela FIPE).
- 4.5.15. Não deverá ser considerado o perfil do motorista, por se tratar de seguro de frota.
- 4.5.16. Não há previsão de quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota da ANTT no período de vigência do seguro.
- 4.5.17. Em caso de roubo, furto ou perda total, a Seguradora (Licitante Vencedora) deverá repor o veículo sinistrado por outro do mesmo valor e características, ou pagar indenização de 100 % da tabela Fipe vigente na data do sinistro, a critério da ANTT, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda documentação básica exigida pela Seguradora, conforme orientação da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).
- 4.5.18. Será exigida do licitante vencedor a Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessária para a prestação do serviço objeto deste Termo de Referência.
- 4.5.19. Caso se tenha interesse em renovar o contrato advindo da licitação proposta, deverá a contratada fornecer o desconto da classe de bônus de cada veículo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. A execução dos serviços será iniciada a partir das datas estabelecidas nos itens 1.5.1 e 1.5.2.
- 5.1.2. A comunicação entre Contratada e Contratante se dará preferencialmente por meio de seus respectivos prepostos e fiscais de contrato
- 5.1.2.1. A contratada deverá indicar também canal de atendimento para urgências disponível 24h por dia, 7 dias por semana.
- 5.1.2.2. Os meios de comunicação devem ser passíveis de registro, tais como e-mail corporativo ou ainda atendimento telefônico gravado cuja gravação possa ser disponibilizada para a Contratada caso seja solicitado.
- 5.1.3. Em caso de sinistro, o pagamento de franquia poderá ser feito diretamente para a seguradora.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. A tabela a seguir contém a relação dos veículos da frota que deverão ser cobertos pelo seguro:

- 6.1.1. Os itens 1 a 91 fazem parte da sequência 1;
- 6.1.2. Os itens 92 a 136 fazer parte da sequência 2.

Sequência	Item	Veículo/Marca/Modelo	Placa	Chassi	Ano/Modelo	Cor	Combustível	Local de lotação
	1	GM D-20 CUSTON L	AGX-6612	9BG244RNLKC004998	1989/1989	Bege	Diesel	SEDE
	2	FORD FRONTIER	LWC-9529	94DCMUD224J529200	2004	Branca	Diesel	COLOG-CE
	3	FIAT Siena	NMY-6563	9BD17241TA3545726	2010	Preta	Flex	COLOG-CE
	4	FIAT Linea	OGD5G24	9BD1105BDD1559236	2013	Azul	Flex	COLOG-CE
	5	PEUGEOT 207	AVY-1056	9362NN6AYDB013765	2012	Prata	Flex	COLOG-SC

6	NISSAN Xterra	LUW1E53	94DTMND225J609617	2005	Branca	Flex	COLOG-RJ
7	VW Saveiro 1.6	ALH-9529	9BWEB05XX44001666	2003/2004	Preta	Gasolina	SEDE
8	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DIL-1597	9BG116JJOAC437355	2009/2010	Branca	Diesel	COLOG-SP
9	FIAT Siena HLX 1.8	EEF-3912	9BD17241TA3545673	2009/2010	Preta	Flex	COLOG-SP
10	FIAT Strada Fire	IMJ-7806	9BDZ7801052457162	2005/2005	Branca	Gasolina	SEDE
11	FIAT Siena HLX 1.8	IQN-0996	9BD17241TA3545734	2009/2010	Preta	Flex	COLOG-PR
12	FIAT Palio Weekend ELX Flex	JFQ-5305	9BD17301B54131904	2005/2005	Branca	Flex	COLOG-SP
13	FIAT Siena Hlx1.8 Dual Flex 4p	JHG-6962	9BD17241TA3549772	2009/2010	Preta	Flex	SEDE
14	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU2I81	93YADCUL6BJ522842	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-SC
15	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-3661	93YADCUL6BJ521835	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-MG
16	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-3681	93YADCUL6BJ522768	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-SC
17	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8001	93YADCUL6BJ521892	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-SP
18	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8011	93YADCUL6BJ521866	2010/2011	Branca	Diesel	SEDE
19	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU8H11	93YADCUL6BJ522793	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-RJ
20	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8721	93YADCUL6BJ521972	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-CE
21	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8731	93YADCUL6BJ522743	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-MG
22	FIAT Siena Hlx 1.8	JSY-5301	9BD17241TA3545739	2009/2010	Preta	Flex	COLOG-MG
23	FIAT Siena HLX 1.8	NUO-4991	9BD17241TA3545930	2009/2010	Preta	Flex	COLOG-CE
24	VW Golf 1.6 Sportline	NPS-6912	9BWAB41J3C4011901	2012	Branco	Flex	SEDE
25	NISSAN March 1.0 S	PAF-3416	94DFFJK13FB101333	2015/2015	Branca	Flex	SEDE
26	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF3E74	93XFNKA5TFCF10876	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-RJ
27	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3475	93XFNKA5TFCF10884	2015	Branca	Flex	COLOG-SP
28	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3476	93XFNKA5TFCF10891	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-MT
29	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3478	93XFNKA5TFCF10869	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-SC
30	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3481	3N1BB7AD9FY206772	2015/2015	Branca	Flex	SEDE
31	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF3E82	3N1BB7AD0FY207180	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-RJ
32	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3686	3N1BB7AD6FY207023	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-MT
33	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3687	3N1BB7ADXFY206750	2015	Branca	Flex	COLOG-PR
34	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF3G88	3N1BB7AD8FY206844	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-RJ
35	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3689	3N1BB7AD8FY206763	2015/2015	Branca	Flex	SEDE
36	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3690	3N1BB7AD7FY206852	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-MG
37	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3691	3N1BB7AD7FY206804	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-CE
38	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3692	3N1BB7AD6FY206888	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-MG
39	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3693	3N1BB7AD5FY206915	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-SC
40	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3694	3N1BB7AD2FY206838	2015	Branca	Flex	COLOG-SP
41	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-1639	9BG148TA0JC449345	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SC
42	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6110	9BG148TA0JC446567	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-MG
43	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6111	9BG148TA0JC446846	2018/2018	Branca	Flex	SEDE
44	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6112	9BG148TA0JC446894	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-CE
45	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6113	9BG148TA0JC448232	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SP
46	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6114	9BG148TA0JC448332	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SP
47	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6115	9BG148TA0JC449023	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SP
48	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ8E90	9BG148TA0JC401905	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SP
49	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ8E91	9BG148TA0JC402728	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SP
50	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ8E92	9BG148TA0JC402700	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-RJ
51	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8493	9BG148TA0JC401652	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-MG
52	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8494	9BG148TA0JC402239	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-MG
53	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ8E95	9BG148TA0JC402336	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-PR
54	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ8E96	9BG148TA0JC401790	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-MT
55	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8497	9BG148TA0JC404470	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SC
56	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8498	9BG148TA0JC403612	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SC
57	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8499	9BG148TA0JC404003	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SP
58	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8500	9BG148TA0JC403775	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-CE
59	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8501	9BG148TA0JC402276	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-CE
60	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8502	9BG148TA0JC403092	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-MG
61	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8503	9BG148TA0JC402102	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-CE
62	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F66	9BG148EA0LC434703	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-RJ
63	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F68	9BG148EA0LC434899	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-RJ
64	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F69	9BG148EA0LC434708	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-RJ

	65	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F71	9BG148EA0LC434911	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-PR
	66	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F73	9BG148EA0LC434720	2019/2020	Branca	Flex	SEDE
	67	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F74	9BG148EA0LC434943	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-GO
	68	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F77	9BG148EA0LC434944	2019/2020	Branca	Flex	SEDE
	69	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F80	9BG148EA0LC434951	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-MG
	70	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F82	9BG148EA0LC434978	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-MG
	71	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F84	9BG148EA0LC434749	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-MG
	72	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F85	9BG148EA0LC435005	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-SC
	73	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F88	9BG148EA0LC435011	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-SC
	74	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F89	9BG148EA0LC434771	2019/2020	Branca	Flex	SEDE
	75	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F92	9BG148EA0LC435016	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-SC
	76	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F93	9BG148EA0LC434838	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-SC
	77	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F95	9BG148EA0LC435050	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-PR
	78	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F96	9BG148EA0LC434848	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-PR
	79	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F97	9BG148EA0LC435059	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-SP
	80	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F98	9BG148EA0LC435077	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-SP
	81	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F02	9BG148EA0LC435085	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
	82	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F05	9BG148EA0LC435093	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
	83	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F06	9BG148EA0LC434857	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
	84	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F09	9BG148EA0LC435111	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-MG
	85	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F11	9BG148EA0LC434885	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-MG
	86	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F12	9BG148EA0LC435153	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
	87	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F14	9BG148EA0LC435188	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
	88	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F16	9BG148EA0LC435166	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
	89	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F18	9BG148EA0LC435208	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
	90	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F19	9BG148EA0LC435205	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-MT
	91	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F20	9BG148EA0LC438688	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
2	92	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J08	93XSYKL1TPCN66409	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	93	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J10	93XSYKL1TPCN66392	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	94	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J11	93XSYKL1TPCN66428	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	95	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J14	93XSYKL1TPCN63540	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	96	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J16	93XSYKL1TPCN66396	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	97	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J17	93XSYKL1TPCN66419	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	98	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J19	93XSYKL1TPCN66405	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	99	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J22	93XSYKL1TPCN66401	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	100	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J23	93XSYKL1TPCN66437	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	101	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J25	93XSYKL1TPCN66567	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	102	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J28	93XSYKL1TPCN66549	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	103	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J29	93XSYKL1TPCN66540	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	104	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J32	93XSYKL1TPCN66446	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	105	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J34	93XSYKL1TPCN66615	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	106	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J36	93XSYKL1TPCN66554	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	107	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J43	93XSYKL1TPCN66558	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	108	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J44	93XSYKL1TPCN66576	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	109	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J46	93XSYKL1TPCN66479	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	110	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J47	93XSYKL1TPCN66470	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	111	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J51	93XSYKL1TPCN66455	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	112	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J52	93XSYKL1TPCN66631	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	113	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J53	93XSYKL1TPCN66706	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	114	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J54	93XSYKL1TPCN66525	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	115	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J56	93XSYKL1TPCN66512	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	116	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J59	93XSYKL1TPCN66498	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	117	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J61	93XSYKL1TPCN66751	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	118	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J63	93XSYKL1TPCN66760	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	119	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J65	93XSYKL1TPCN66715	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	120	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J66	93XSYKL1TPCN66737	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	121	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J70	93XSYKL1TPCN66642	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	122	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J71	93XSYKL1TPCN66663	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
	123	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J73	93XSYKL1TPCN66728	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE

124	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J75	93XSYKL1TPCN66653	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
125	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J78	93XSYKL1TPCN66675	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
126	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J80	93XSYKL1TPCN66685	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
127	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J81	93XSYKL1TPCN66696	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
128	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69142	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
129	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69157	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
130	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69180	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
131	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69188	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
132	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69195	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
133	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69203	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
134	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69210	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
135	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69218	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
136	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69226	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE

6.2. Endereços da Sede e Coordenações Regionais da ANTT às quais os veículos da frota estão vinculados:

Endereços	Contatos locais
Sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT End: Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Cep: 70200-003 - Brasília - DF Tel: (61) 3410-1000 CNPJ: 04.898.488/0001-77	Daniel Antonio da Mota Araújo; Jose Eduardo Canavezes Souza.
COORDENAÇÃO REGIONAL DE SÃO PAULO – COLOG/SP End: Rua Formosa, 367 - Centro CEP: 01049-911 São Paulo/SP Tel: (11) 3556-4700 CNPJ: 04.898.488/0004-10 -	Fábia Maria.
COORDENAÇÃO REGIONAL DO PARANÁ - COLOG/PR End: Av. Victor Ferreira do Amaral, 1500 – Tarumã - Curitiba/PR CEP 82800-000 Tel: (41) 3361-7300 ramal 7324	Adailton Meireles Machado
COORDENAÇÃO REGIONAL DO RIO DE JANEIRO – COLOG/RJ End: Rua Augusto Severo, 84, 6º andar - Glória - Rio de Janeiro/RJ Cep: 20020-080 - RJ Tel: (21) 3504-4700 CNPJ: 04.898.488/0005-09	Lisangela Jorge Carioca Santos
COORDENAÇÃO REGIONAL DE SANTA CATARINA – COLOG/SC End: Rua Felipe Neves, 413 - Bairro Canto – Florianópolis - SC Cep: 88070-760 Telefones: Coord. Administração e Finanças - (48) 3281-4500 Coord. Fiscalização Cargas e Passageiros - (48) 3281-4500 Coord. Infraestrutura Rodoviária - (48) 3281-4500 CNPJ: 04.898.488/0010-68	Fabiana Carvalho da Silva; Ana Carolina Macedo Lübcke.
COORDENAÇÃO REGIONAL DO MATO GROSSO - COLOG/MT End: Rua Joaquim Murtinho, 1400 (anexo à sede da PRF) - Cuiabá/MT CEP: 78020-290	Sandro Rogério Fuloni
COORDENAÇÃO REGIONAL DE GOIÁS - COLOG/GO End: Avenida Nona Rua 25 de Março, quadra A 34, 2º andar, Setor Leste Administrativo - Goiânia/GO - CEP: 74063-010	Eduardo Costa Borges
COORDENAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS – COLOG/MG End: Av. José Cândido da Silveira, 1200, Bairro Horto/Florestal, CEP: 31035-536, Belo Horizonte/MG. CNPJ: 04.898.488/0003-39	Davi Laurence Prezoto Gomes
COORDENAÇÃO REGIONAL DO CEARÁ – COLOG/CE End: Av. Deputado Paulino Rocha, 281, bairro Cajazeiras - Fortaleza - CE Telefone: 085-3388-8100 CEP 60.864-012	Francisca Veronica Juca de Moraes

7.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
7.1.	Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
7.2.	Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
7.3.	Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
7.4.	Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
7.5.	Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
7.6.	Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como: 7.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário; 7.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas; 7.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
7.7.	Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
7.8.	Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
7.9.	Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
7.10.	Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
7.11.	Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
8.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
8.1.	Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
8.2.	Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassis, região);

- 8.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, distrital ou estadual do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 8.8. Apresentar Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que comprove que está autorizada a operar no mercado segurador brasileiro, conforme estabelecido no Decreto nº 60.459/67.
- 8.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 8.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 8.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 8.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.16. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fuja às especificações do memorial descritivo.
- 8.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitada da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 8.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 8.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 10.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 10.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 10.8. **A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.**
- 10.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 10.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 10.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 10.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 10.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 10.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 10.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 11.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 11.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 11.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo
- 11.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 11.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 11.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 11.7. No prazo de até 10 dias corridas a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 11.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 11.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 11.10. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 11.11. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 11.12. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 11.13. **comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.**

- 11.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 11.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 12. DO PAGAMENTO**
- 12.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 12.4.1. o prazo de validade;
- 12.4.2. a data da emissão;
- 12.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 12.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 12.4.5. o valor a pagar; e
- 12.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 12.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 12.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 12.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 12.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 12.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 12.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.10. **Previantemente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.**
- 12.10.1. **Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.**
- 12.10.2. **Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.**
- 12.10.3. **Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.**
- 12.10.4. **Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.**
- 12.11. **Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado**
- 12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 12.13. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 12.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = i x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I - (TX)

I = $\frac{.6}{100}$

365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. REAJUSTE

- 13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 14.1.5. cometer fraude fiscal.
- 14.2. Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 14.2.2. **Multa de:**
- 14.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 14.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 14.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 14.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 14.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 14.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 14.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

- 14.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência
- 14.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.3, 14.2.4 e 14.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 14.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.
- 15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 15.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 15.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 15.4. O critério de aceitabilidade de preços serão:
- 15.4.1. Valor global: R\$ 384.523,85 (trezentos e oitenta e quatro mil quinhentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos).
- 15.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 15.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.
- 16.1. A estimativa de preços é de R\$ 384.523,85 (trezentos e oitenta e quatro mil quinhentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos).

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nome: EDSON MONTEIRO CUNHA	Matrícula/SIAPE: 1830934
<i>(assinado eletronicamente)</i> EDSON MONTEIRO CUNHA Analista Administrativo	
Nome: MÁRCIO XAVIER DE ARAUJO	Matrícula/SIAPE: 2076777
<i>(assinado eletronicamente)</i> MÁRCIO XAVIER DE ARAUJO Coordenador de Planejamento de Compras e Serviços	
Nome: CARLOS ALBERTO COELHO CORDEIRO	Matrícula/SIAPE: 1717145

(assinado eletronicamente)

CARLOS ALBERTO COELHO CORDEIRO

Tecnico Administrativo

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA GERÊNCIA

APROVO este Termo de Referência.

(assinado eletronicamente)

RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES

Gerente de Recursos Logísticos

Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente

Nome: EDUARDO JOSÉ MARRA

Matrícula/SIAPE: 1533949

Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 3º, inciso XI, do Decreto nº 10.024/2019, APROVO o referido documento.


EDUARDO JOSÉ MARRA

Superintendente de Gestão Administrativa


ANEXO I

MAPA DE PREÇOS


	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATSER	QUANT	UND	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL R\$
GRUPO 1	1	Seguro total de automóveis, na modalidade frota, para 91 (noventa e um) veículos, conforme sequência 1 a 91 do item 7 deste Termo de Referência, com o prazo de vigência de 20/07/2023 à 30/04/2024 (285 dias), com cobertura em todo o Território Nacional.	22764	01	serviço	
	2	Seguro total de automóveis, na modalidade frota, para 45 (quarenta e cinco) veículos, conforme sequência 92 à 136 do item 7 deste Termo de Referência, com o prazo de vigência de 01/05/2023 à 30/04/2024 (365 dias), com cobertura em todo o Território Nacional.	22764	01	serviço	
TOTAL						




Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO COELHO CORDEIRO, TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, em 16/03/2023, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).




Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 16/03/2023, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).




Documento assinado eletronicamente por **EDSON MONTEIRO CUNHA, Analista Administrativo**, em 16/03/2023, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES, Gerente**, em 16/03/2023, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JOSE MARRA, Superintendente**, em 17/03/2023, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15987195** e o código CRC **6B78E188**.